

# O IMPULSO DE ROMANIZAR<sup>1</sup>

Renato Pinto\*

**Resumo:** Que Roma teve um dos maiores impérios do qual se tem notícia é um fato bem documentado. Todavia, pode-se perguntar o que levou os romanos a expandirem sua área de influência para territórios tão heterogêneos quanto a África, Ásia e o norte e leste da Europa. E mais, como puderam, habilmente, manter um império tão vasto que durou séculos em aparente hegemonia. Este estudo procura discutir a natureza do imperialismo romano e como um de seus principais conceitos ajudou a legitimar e sancionar suas ações. Serão analisados, ainda, os discursos que subsidiaram a crença comum de que aquilo que foi oferecido pelos romanos era por demais sedutor para ser resistido pelos povos conquistados.

Palavras-chave: Romanização; *Humanitas*; Imperialismo; Roma Antiga.

## THE DRIVE TO ROMANIZE

**Abstract:** That Rome had one of the biggest empires we know of is a well-documented fact. However, one may ask what prompted Romans to expand their area of influence to territories as heterogeneous as Africa, Asia and northern and eastern Europe. And more, how they could adroitly keep such vast empire that lasted out for centuries in apparent hegemony. This paper aims to discuss the nature of Roman imperialism and how one of the main concepts that helped

---

\* Bacharel em História pela FFLCH/USP, mestre em Arqueologia pelo MAE/USP e doutorando em História pelo IFCH/UNICAMP.

<sup>1</sup> Parte deste artigo foi primeiro divulgado em minha dissertação de mestrado.

*Renato Pinto*

to legitimate and sanction its actions. It will also analyse the discourses that support the common belief that what Rome had to offer was just too delectable for the conquered peoples to resist. Keywords: Romanization; *Humanitas*; Imperialism; Ancient Rome.

### **Introdução**

Este artigo é resultado de estudos que representam um segmento de minha dissertação de mestrado, apresentada ao Museu de Arqueologia e Etnicidade da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Venho estudando o processo de expansão territorial e cultural romano há alguns anos, em especial, os discursos modernos que procuram explicar tal fenômeno da Antigüidade. Meu foco tem sido os estudos da Bretanha Romana, por motivos múltiplos que podem ser discutidos em uma outra oportunidade. Basta, neste momento, creio, dizer que os estudos sobre a romanização da Bretanha Romana apresentam um grande potencial para a análise dos discursos imperialistas antigos e modernos.

Procurarei mostrar um panorama geral e conciso das discussões sobre a natureza, o *ethos*, do imperialismo romano. Começarei apresentando um breve relato dos primeiros estudos sobre a romanização, passando pela forma como os autores antigos interpretaram a expansão do Império Romano, chegando às proposições pós-colonialistas mais disseminadas atualmente. Para isso, recorrerei a uma breve análise bibliográfica dos autores modernos, em sua maioria britânicos, mais proeminentes nos estudos pós-coloniais sobre a romanização. Por vezes, usarei fontes antigas<sup>2</sup> para ilustrar determinados conceitos, mas

---

<sup>2</sup> Documentos antigos não devem ser entendidos como o retrato fiel do que se deu no passado. Precisamos lembrar da carga discursiva da qual estão impregnados, além do fato de terem chegado até nós após passarem por vários processos de cópia, na Idade Média, por exemplo.

### *O impulso para Romanizar*

focarei nos textos dos autores modernos quando das discussões que cercam a epistemologia dos estudos sobre a romanização.

Dadas as especificidades deste texto e de seu veículo, não se pode esperar que todos os conceitos apresentados aqui sejam debatidos ou mesmo exaustivamente discutidos. Outrossim, não ensejo outra coisa se não propor a continuidade do debate sobre temas que estão longe de estar esgotados, se é que se pode falar em esgotamento de temas históricos sem incorrer em um grande erro, ou demonstrar uma grande ingenuidade ao ignorar que a História é sempre dinâmica em suas interpretações.

#### **Os Discursos da Romanização**

O julgamento do classicismo como uma cultura superior à dos povos chamados de bárbaros pelos romanos foi característica comum nos estudos histórico-arqueológicos no séc. XIX e nas primeiras décadas do séc. XX. O arqueólogo britânico Francis Haverfield defendia em 1912 a superioridade da cultura clássica, procurando retratar o Império Romano como difusor daquela cultura para toda a Europa não latinizada ou helenizada. Para os autores do início do século XX, a integração dos celtas ao Império foi um processo óbvio, pois entendiam que, em última instância, os celtas também descendiam de uma raça comum que gerou gregos e romanos. Faltava-lhes apenas a oportunidade de reencontrar seu caminho, fato que se deu com a expansão do Império Romano. Assim, aqueles autores admiravam a missão civilizadora de Roma e viam qualquer europeu como um descendente legítimo daquele Império.<sup>3</sup>

Entretanto, novas implicações políticas daquele século fizeram surgir a premissa de que nem todas as 'raças' tinham o mesmo potencial para

---

<sup>3</sup> Hingley, 1996, p.45.

compreender o que era 'civilização'. Na França, por exemplo, os gauleses eram retratados como mais inteligentes por aceitarem rapidamente o sistema romano, para, assim, não sucumbirem ao indesejável jugo dos germanos.<sup>4</sup> De fato, as múltiplas representações históricas do líder gaulês Vercingetórix, morto a mando de Júlio César, fomentaram diversas apropriações do passado pelo governo Francês, em vários momentos da história daquele país.<sup>5</sup> Na Alemanha, por sua vez, Gustaf Kossinna praticava uma Arqueologia nacionalista que almejava encontrar, já na Pré-História, traços de uma super raça que pudesse abarcar os nórdicos, arianos e germanos.<sup>6</sup> Mais recentemente, a própria União Européia vem trabalhando com a idéia de uma descendência celta única para toda a Europa.

Já na década de 1990, cada vez menos historiadores e arqueólogos se mostravam tão receptivos aos valores imperialistas, e se preocupavam mais em comparar os efeitos nocivos da exploração das colônias durante o auge do regime colonialista da Europa com aqueles resultantes do imperialismo romano. Algumas das novas abordagens, já marcadamente pós-colonialistas, mostraram os nativos das províncias romanas como os verdadeiros responsáveis pela formação do Império Romano, manipulando o sistema administrativo romano para compartilhar de seus benefícios materiais. Contudo, no âmbito desta nova interpretação não há resistência aos valores da cultura romana, que continua sendo considerada superior, e o arqueólogo Martin Millett, seria o melhor exemplo dessa corrente.<sup>7</sup> Causa certa surpresa e desconforto encontrar em obras relativamente recentes, e de grande penetração no mundo acadêmico, afirmações bastante peremptórias como as de MacMullen sobre a cultura material de cunho romano:

---

<sup>4</sup> Woolf, 1999, pp.4-5.

<sup>5</sup> Silva, 2007, p. 262.

<sup>6</sup> Siân Jones, 1997, p. 2; Díaz-Andreu, 1996, 56.

<sup>7</sup> Woolf, 1997, p. 340.

### *O impulso para Romanizar*

*“Baths and wine and so forth recommended themselves to the senses without need of introduction. They felt, or they looked, good. It is thus possible to speak of a higher civilization, in conventional terms, in contact with a lower.”* (MacMullen, 2000, p. 134).

Pode-se dizer que nem mesmo Millett ou Greg Woolf, que também defendem a teoria da emulação entusiasmada dos costumes romanos, ainda que possam alegar motivos distintos para ela, aceitariam as afirmações de MacMullen sem algum constrangimento ou alguma forma de relativização.<sup>8</sup>

Se pode parecer muito precipitado descartar totalmente o entusiasmo dos nativos com a cultura romana, seria imprudente admitir que essa cultura pudesse assumir contornos superiores a todo o momento, em todas as camadas sociais e em todas as regiões do Império. Para alguns estudiosos envolvidos pela liberdade de escolha que o Pós-Modernismo propiciou, embora o julgamento dos valores romanos como superiores seja, por vezes, desprovido de maiores críticas e questionamentos, sempre se pode argumentar que essa aceção nada mais é do que uma tomada de posição diante de múltiplos discursos adversos. Enquanto o trabalho que proponho busca pela melhor compreensão da maneira como esses discursos são criados, também defende que a opção por um discurso menos excludente e mais crítico é um caminho mais apropriado ao historiador e ao arqueólogo, diante da complexidade das questões aqui tratadas. Assim sendo, é primordial lembrarmos que também há, naturalmente, aqueles que defendem a existência de uma grande resistência à cultura do invasor, como Richard Hingley e Siân Jones, citados mais abaixo.

---

<sup>8</sup> Woolf, 1999, pp. 67-8 / 2001, p. 577.

### A Máquina Imperial?

No início da década de 1980, o historiador britânico Peter Salway vê com clareza a máquina imperial romana em ação na Bretanha Romana, através da concessão de títulos como *coloniae*, *municipia* e *civitates*. Para ele, Roma buscava com isso transferir responsabilidades e cobranças de impostos para a alçada das famílias influentes da província. Esses títulos, contudo, não representavam qualquer tipo de autonomia em relação ao poder central.<sup>9</sup> Para Salway, havia, portanto uma estrutura formal criada por Roma, aplicada à manutenção das províncias. Mas o que dizer da expansão? Salway crê que a aquisição de novos territórios deu-se de maneira quase que acidental, sendo resultado de guerras ou de simples incorporações, em sua maioria pacíficas e/ou resultantes de doações testamentárias dos governantes que desejavam deixar suas terras para Roma. As guerras, por sua vez, podiam ser incursões despreziosas, simples treinamentos militares para uma possível invasão futura que demandasse maior preparo. Tudo isso regrado e motivado pelo conceito, comum entre os romanos, de *Imperium Sine Fine*.<sup>10</sup>

Já nos anos de 1990, o também britânico arqueólogo Martin Millett procurou explicar a expansão do Império falando da disputa intestina da elite romana na Península Itálica, ainda durante a República. Já no período das Guerras Púnicas (264-146 a.C.), a busca por realizações pessoais de alguns generais e o clientelismo endêmico traziam para Roma novos territórios. A sociedade competitiva que se criou na Península Itálica induzia às honras decorrentes de conquistas militares e a oligarquia romana disputava ferreamente novos territórios e usufruía suas pilhagens, suprimentos de escravos etc., e a glória militar,

---

<sup>9</sup> Salway, 1984, pp. 534-5.

<sup>10</sup> *Idem*, pp. 65-7.

### *O impulso para Romanizar*

celebrada com honras pela população em Roma. A visualização do poder fazia com que se gastassem fortunas em munificência.<sup>11 12</sup> De fato, embora os lucros financeiros pudessem ser enormes, era o sucesso militar que contava para qualquer um que tivesse intenções políticas.<sup>13</sup> Garnsey e Whittaker<sup>14</sup> defendem que foi essa militarização de Roma em busca de realizações pessoais para alguns generais de famílias aristocráticas, e não motivos puramente econômicos, que fatalmente criou a necessidade de expandir-se para outros territórios.<sup>15</sup> Assim, Millett não aceita que se fale em uma política expansionista. Neste ponto, Millett compartilha da opinião de outros especialistas, como Michael Rowlands<sup>16</sup> e MacMullen.

Se Roma não possuía um plano expansionista, como teria ocorrido a 'provincialização' dos territórios ocupados? Millett crê que, na República, a exploração das províncias se deu de modo indireto, por meio de reis clientes, seguidos de um momento de grandes oportunismos individuais dos governantes romanos, taxando pesadamente os territórios. Essa prática teria cessado no

---

<sup>11</sup> Millett, 1990, p. 2.

<sup>12</sup> As incertezas geradas pelo choque de culturas no período de Augusto levaram o romano ao desejo de marcar sua história de uma maneira duradoura: na pedra (Woolf, 1996, p. 34). Woolf defende que momentos de monumentalização são os formativos de novas culturas, civilizações ou Estados, e não momentos de seus apogeus. Ou seja, momentos de insegurança (*Idem*, pp. 30-1; Woolf está citando Ian Hodder: 'Social and economic stress and material culture patterning', *American Anthropology* 44, pp.446-54).

<sup>13</sup> Millett, 1990, pp. 2-3; Nash, 1990, p. 92.

<sup>14</sup> Garnsey, P. D. A. e C. R. Whittaker eds. (1978) *Rome's African Empire under the Principate*. Cambridge: CUP. *Apud* Millett, 1990.

<sup>15</sup> Millett, 1990, p. 3.

<sup>16</sup> Rowlands defende que somente a partir do século XVIII é que podemos ver um 'Estado' como um comitê executivo, gerenciando os interesses comuns de uma classe dominante, ainda que tivessem existido tentativas anteriores de fazê-lo (Rowlands 1990: 4). Há, no entanto, aqueles que vêem um certo deslocamento de eixo do poder no período formativo do Império Romano, da Península Itálica para a Europa transalpina, criando lá um novo 'core', e que essa transformação teria sido o primórdio do Capitalismo naquela região (é o caso de Colin Haselgrove [p.104]: "Culture Process on the Periphery: Belgic Gaul and Rome During the Late Republic and Early Empire", p. 104-24. *Apud* Rowlands 1990).

momento da transição da República para o Império. Augusto teria estabelecido limites na exploração das províncias, beneficiando as elites nativas e o desenvolvimento econômico dos territórios fora da Península Itálica.<sup>17</sup>

Ao criticar *The Romanization of Britain: an essay in archaeological interpretation*, Freeman mostra que, embora Millett não vislumbre uma política desenhada por Roma para justificar a expansão e exploração de novos territórios, o autor, por vezes, fala em '*instrumentos do Estado*', '*sistema diplomático desenhado para dividir e dominar*' etc.<sup>18</sup> Freeman continua dizendo que Millett estaria confundindo '*conquista*' com '*provincialização*' e vendo a romanização como uma conseqüência natural da anexação. Uma vez que ela (romanização) não estaria associada a uma política imperial, a simples conquista territorial não pode ser considerada decisiva para a sua efetivação, tão pouco para a '*provincialização*'.<sup>19</sup> W.S. Hanson, ao falar dos métodos de controle do império, seguiu o caminho oposto de Millett, e procurou justificar as mudanças sócio-culturais nas províncias como atos deliberados do poder central romano, posicionando o poder moral do exército romano como principal ator daquelas mudanças.<sup>20</sup> O arqueólogo Richard Hingley defende a opinião de Hanson sobre a existência de um poder central ativo, mas muda o foco. Ao tratar do tema, Hingley diz:

*"Our accounts may be considered to approach change and control from different ends of the social and cultural spectrum: he ( Hanson ) focusses on the élite and control, I focus on the non-élite and resistance.*

---

<sup>17</sup> De fato, Millett vê essa medida como que contribuindo para o declínio econômico da Itália, dado que grande parte da riqueza da península itálica teria se transferido para a periferia do Império, e não o contrário, como geralmente se esperaria (1990, pp. 6-7).

<sup>18</sup> Freeman, 1993, p. 439; comparar Millett, 1990, pp. 35 e 80.

<sup>19</sup> Freeman, 1993, p. 442.

<sup>20</sup> Hanson, 1997, p. 68, em oposição à Millett, 1990. p. 67.

### *O impulso para Romanizar*

*Yet we share a common belief in imperial interference and methods of social control, something which is largely absent from the work of Millett.*"  
(Hingley, 1997, p. 82)

Enquanto Freeman<sup>21</sup> não visualiza um corte radical entre as práticas administrativas do final da República e do Alto Império, outros autores como Greg Woolf, Whittaker e Wallace-Hadrill percebem as mudanças administrativas de Augusto como uma verdadeira Revolução. Para o historiador Greg Woolf, seguindo uma linha de raciocínio apoiada por um desfecho polêmico, a "expansão romana deve ter seguido algum padrão já que, com tantas experiências locais distintas, como poderíamos explicar as características comuns e reconhecíveis de consumo de cultura material, de urbanização e de conduta das elites entre quase todas as províncias ocidentais do Império?"<sup>22</sup>

De fato, a 'urbanização' das províncias tem sido um dos mais disputados aspectos da romanização, tendo a prática do evergetismo sido interpretada como sua força motriz.<sup>23</sup> Para Whittaker, a cidade foi o maior símbolo de propaganda imperial romana, e não apenas o seu veículo. O engenho dessa medida urbanizadora fora concebido durante o início do Principado, uma vez que Augusto estaria interessado em uma regeneração cultural e, também, na integração política e emocional das elites de todo o Império ao poder central de Roma.<sup>24</sup> Nesse contexto, Daphne Nash afirma que, embora os tributos cobrados por

---

<sup>21</sup> Ver Freeman, 1993, p. 442.

<sup>22</sup> Woolf, 1992, p. 352.

<sup>23</sup> O termo 'evergetismo' foi primeiro utilizado por Béranger em 1923, mas tornou-se conhecido através de Paul Veyne (1991, pp. 114—7). Basicamente, é a prática de doar obras às cidades. Essa era uma prática comum para a aristocracia e devia-se tanto à generosidade quanto à obrigação pública. O 'evergetismo' seria também uma forma de manter a diferença social entre a elite, seus pares e subalternos. Ainda assim, as obras seriam para toda a coletividade, na forma de circo, arena, casas de banho etc. Para Veyne, o 'evergetismo' é um fenômeno da cidade da Antigüidade (Garnsey, 1991, p. 167).

<sup>24</sup> Whittaker, 1997, pp. 144-5.

Roma tivessem sido pesados, eles geraram uma grande rede de comércio paralelo local e continental, e, ainda que o meio rural das províncias pudesse ter sofrido danos, a colonização criou centros urbanos que beneficiaram sobremaneira as elites nativas.<sup>25</sup> Para Whittaker, a Revolução Cultural do Principado foi propagada a partir de um claro modelo imposto por Augusto, que seguiu um caminho gerado pelas contingências e pela simples emulação. As classes inferiores teriam dependido tanto da aristocracia, que a assimilação da cultura romana era mesmo inevitável, acontecendo por ‘osmose’, principalmente no meio rural, longe da influência das cidades e dos símbolos do imperialismo.<sup>26</sup> O autor afirma que ninguém pode negar “que em todas as províncias do Império, uma mudança cultural aconteceu simultaneamente, apesar da longa ocupação do período republicano de algumas províncias como a África, Bética e a Narbonense”.<sup>27</sup> Tudo aponta para uma intervenção programada nas províncias, na opinião do autor, aliada, por vezes, a todo um novo sistema de competição por prestígio entre as camadas aristocráticas das províncias.<sup>28</sup> Wallace-Hadrill admite que o período de Augusto gerou mesmo um padrão para todo o Império, mas alerta para o fato de que as tensões da República, ainda que tenham certamente se modificado, não desapareceram. Assim, uma nova ordem, pura e sem conflitos, pronta para ser exportada para o resto do Império, não pode ter existido.<sup>29</sup> Diante dessa complexidade, C. R. Whittaker reconhece que determinar até que ponto o ‘pacote’ cultural romano foi imposto ou resultou da colaboração das províncias não pode ser uma tarefa fácil.<sup>30</sup>

---

<sup>25</sup> Nash, 1990, p.97.

<sup>26</sup> Whittaker, 1997, pp. 154-5.

<sup>27</sup> *Idem*, pp. 157.

<sup>28</sup> *Idem*, p.160.

<sup>29</sup> Wallace-Hadrill, 1989, p. 164.

<sup>30</sup> Whittaker, 1997, p. 152.

### **As Seduções do Império.**

Em uma publicação relativamente recente, o romanista Ramsay MacMullen retomou as discussões em torno da romanização ocorrida no período de Augusto. Para MacMullen, ainda que o resultado da romanização não tenha sido uma uniformidade cultural em todo o Império, ela (romanização) foi a difusão de uma forma de vida eminentemente particular da Península Itálica. Segundo o autor, a cultura ‘exportada’ para as províncias romanas na época de Augusto, em especial para as do Ocidente, não passava de um produto advindo de uma civilização mesclada, embora peculiar, com fortes características mediterrâneas. Assim, para MacMullen, não foi a ‘cultura romana’ que chegou às províncias, mas, antes, a ‘*italiana*’.<sup>31</sup> Uma massiva onda migratória de ‘italianos’, iniciada já no período de Júlio César, teria sido o grande elemento fomentador das transformações culturais nas províncias. Esse processo colonizador teria gerado urbanização maciça, aliada à monumentalização emulativa.<sup>32</sup> Nenhum desses fenômenos teria sido fruto de uma política deliberada de Augusto, ao menos, não uma que fosse coercitiva. O interesse pela romanização vinha das próprias elites locais. Sobre a chegada da urbanização e dos costumes romanos às províncias do Ocidente, afirma MacMullen:

*“They were accepted willingly. The conclusion helps to explain acculturation, since official pressure was not and could not be very strong. The Roman authorities lacked efficient means of day-to-day enforcement, and were besides, by their philosophy of rule, tolerant of variant laws and traditions”* (MacMullen, 2000, p. 76)

---

<sup>31</sup> MacMullen, 2000, p. xi.

<sup>32</sup> *Idem*, p. 48.

*Renato Pinto*

E a seguir, sobre uma eventual imposição da 'ideologia' cultural de Augusto:

*"The emperor had no interest at all in how people decorated the walls of their homes. What explains the rapidity of imitation was pull, not push"*  
(*Idem*, p. 113).

Seria dispensável dizer que essa aceitação serena da cultura romana, ou 'italiana', que o seja, não condiz com a linha de raciocínio deste trabalho. Contudo, não pode deixar de causar certa espécie o conceito de flexibilidade cívica que Macmullen dá aos romanos. De onde viria tal conceito de tolerância? É preciso escrutinar como a elite romana via-se a si própria, e como sua existência estava inserida no contexto cultural do Mediterrâneo naquele momento histórico. Na mentalidade criada na época, por poetas e filósofos, o ser humano melhorava ao se aproximar do Ocidente.<sup>33</sup> A Grécia era vista como modelo, mas estava indisciplinada na visão do romano do fim da República.<sup>34</sup> Devemos agora analisar qual era a percepção romana de sua posição diante da chegada às novas terras e do contato com os povos que as habitavam.

O historiador britânico Greg Woolf defende que houve uma difusão, em todo o Império, de uma cultura hegemônica da 'diferença', ao estilo romano, e acredita na existência de alguma especificidade romana que teria ditado a forma como as províncias se romanizariam. Algo que cativasse ao mesmo tempo em

---

<sup>33</sup> Woolf, 1999, p. 126.

<sup>34</sup> Citando Greg Woolf, C.R. Whittaker (1997) diz que a ideologia civilizadora foi representada de maneira diferente entre Ocidente e Oriente. No primeiro, Augusto procurou criar uma nova ordem, e no Oriente, restaurar a disciplina. (Whittaker, 1997, p. 144). Para Wallace-Hadrill (1989) o novo modelo classicista criado por Augusto não teria sido aceito por todos, a despeito da opinião de alguns autores. Zanker (Zanker, Paul Augustus und die Macht der Bilder, 1987, Munich), por exemplo, vê a República como um período de lutas entre a cultura romana e a grega e do qual (período) Augusto consegue expurgar os elementos inaceitáveis da cultura grega, passando a usar uma forma clássica purificada para expressar os valores romanos. O resultado, segundo o autor, é uma união bem sucedida de culturas, cujo fruto teria se espalhado pelo império (Wallace-Hadrill 1989, pp.163-4).

### *O impulso para Romanizar*

que normalizava. Alguns anos mais tarde, Woolf (1999) desenvolveria esse pensamento, com a tese de que a noção de ‘*humanitas*’ teria imbuído Roma de uma ‘missão civilizadora’. Greg Woolf recomenda que nos esforcemos para descobrir como os romanos entendiam a expansão de seu Império e os processos culturais que se seguiram. Um começo é observar como os romanos viam os habitantes das províncias. Os nativos eram quase sempre descritos como violentos e belicosos, sendo que o contato com Roma traria para eles a paz e outros benefícios, enquanto a conquista romana é, tradicionalmente, vista como que ativando o potencial que os bárbaros tinham em civilizar-se.<sup>35</sup>

Mas qual o padrão de civilização a ser seguido? Como concede Woolf, “não havia um padrão de civilização romana contra a qual a cultura provincial pudesse ser medida. A cidade de Roma era um caldeirão cultural”.<sup>36</sup> A arqueóloga Siân Jones vai além, e afirma ter havido outras culturas e etnias dentro de Roma que não estariam necessariamente dissolvidas nesse caldeirão, tornando ainda mais complexo o uso de categorias como ‘civilização romana’ ou ‘cultura romana’.<sup>37</sup> Para Woolf, não devemos falar em um padrão de civilização, mas de um conjunto de conceitos que compunham um denominador comum: *humanitas*. *Humanitas* era a marca da aristocracia romana, algo que deveria ser almejado por todos. Os gregos a teriam criado, mas cabia aos romanos disseminá-la. Ao mesmo tempo em que essa missão retirava o sentimento de inferioridade dos romanos perante os gregos, dava-lhes, também, a prerrogativa para conquistar outros territórios e civilizá-los.<sup>38</sup> Para Woolf, ‘*Humanitas*’ não oferecia apenas recompensas materiais, ela encantava e atraía. Nem conquistadores ou

---

<sup>35</sup> Woolf, 1999, p. 53.

<sup>36</sup> Idem, p. 7.

<sup>37</sup> Siân Jones, 1997, p. 53. Já vimos anteriormente que MacMullen (2000, p. xi) fala de uma cultura ‘Italiana’, em detrimento de uma ‘romana’.

<sup>38</sup> Woolf, 1999, p. 57.

conquistados estavam imunes a ela e às blandícias de Roma. Woolf quer nos fazer ver que abraçar a ‘civilização’ e sua cultura material de Roma não era apenas uma escolha prudente diante do poderio militar, era também uma boa escolha *per se*.<sup>39</sup> <sup>40</sup>.

### **Humanitas**

A rápida expansão territorial romana que se deu entre o fim do período republicano e o início do Principado deve ter levado o romano a reconsiderar sua posição no mundo. Em um curto espaço de tempo, Roma encontrava-se, então, diretamente em contato com outros povos. Povos com os quais já negociava, é quase certo, mas que possuíam culturas distintas e que ocupavam territórios basicamente desconhecidos da maioria dos romanos. Novos conceitos sobre Roma surgiram dessa expansão e, entre eles, a de que estava premeditada a ser a senhora e a civilizadora do mundo. Trata-se de falarmos de uma nova identidade romana. As discussões acadêmicas que estudam as comparações entre os movimentos imperialistas da Antigüidade e os da Modernidade podem ser enriquecidas se nos atentarmos para a forma como os romanos descreviam seu próprio momento de expansão territorial e cultural. Da mesma forma, seria prudente examinarmos como as populações postas sob o controle romano viam seus novos governantes e sua vocação para conquistar, aparentemente, sancionada pelas divindades.<sup>41</sup>

---

<sup>39</sup> *Idem*, p. 67.

<sup>40</sup> Woolf parece compartilhar da mesma opinião de Ramsay MacMullen (2000) de que os nativos viam a cultura material romana como superior. Contudo, Woolf se sente, parece-me, constrangido ao comentar o livro de MacMullen e a ausência, não acidental, na bibliografia, de nomes de importantes estudiosos pós-colonialistas (como Hingley, Barrett, Haselgrove, Webster, etc), que estão entre aqueles que apontam para a improbabilidade de aceitarmos essa superioridade de forma acrítica (Woolf, 2001, pp. 577-9).

<sup>41</sup> Woolf, 1999, p. 48.

### *O impulso para Romanizar*

Não seria muito arriscado supor que os romanos tivessem grande interesse em descobrir dados sobre os povos que os rodeavam, principalmente, quando questões militares estavam em jogo. Podemos supor, da mesma forma, que relatos de viajantes eram coletados para, futuramente, servirem de base para ataques e conquistas. Os comerciantes, tanto os romanos da Península Itálica quanto os das províncias, teriam desempenhado o importante papel de relatar dados geográficos e sociais sobre povos que poderiam vir a integrar a esfera romana de poder. De fato, Júlio César teria se utilizado desta prática no momento de seu preparo para a invasão da Bretanha<sup>42</sup>, como aponta a passagem a seguir, retirada de sua obra, *de Bello Gallico*:

“Neque enim temere praeter mercatores illo adit quisquam, neque eis ipsis quidquam praeter oram maritimam atque eas regiones quae sunt contra Gallias notum est. Itaque vocatis ad se undique mercatoribus neque quanta esset insulae magnitudo, neque quae aut quantae nationes incolerent, neque quem usum belli haberent aut quibus institutis uterentur, neque qui essent ad maiorum navium multitudinem idonei portus, reperire poterat.” (IV.20).<sup>43</sup>

É muito provável que César já tivesse obtido de fontes literárias helenísticas informações sobre a região, como ressalta Garraffoni, ao citar a obra de Stewart.<sup>44</sup> Contudo, ainda que César pudesse saber mais do que deixa entrever, a passagem acima deve promover a discussão de como se deu o processo romano de

---

<sup>42</sup> *Idem*, p. 49.

<sup>43</sup> Tradução livre: “Pois, de forma geral, os comerciantes são as únicas pessoas que visitam a Bretanha, e mesmo estes conhecem apenas a costa, que dá para a Gália. E, então, embora ele tenha entrevistado comerciantes de todas as partes, não pôde determinar nada sobre o tamanho da ilha, nem o caráter e a força militar das tribos que a habitavam, nem sobre portos apropriados para grandes embarcações.”

<sup>44</sup> Garraffoni, 2008, p. 106.

*Renato Pinto*

investigação de outros povos durante a campanha militar. Por trás de tal curiosidade poderiam residir diversas intenções de dominação. Antes mesmo que um novo mapa do território romano fosse desenhado, ou *pari passo* com sua criação, era preciso que uma nova legião de intelectuais criasse discursos legitimadores que dessem aos romanos uma nova dimensão de quem eram. É possível sugerir que está nas entrelinhas daqueles relatos a possibilidade de melhor interpretarmos o *ethos* civilizador romano e o impacto, por suposto, variável, que a expansão imperial exerceu sobre romanos e habitantes das regiões conquistadas.

Obras de importantes autores do período de maior expansão romana tratam de dar uma visão global do poderio do Império. Entre tais autores podemos destacar Estrabão, e sua obra *Geografia*. Até mesmo *A História Natural*, de Plínio, o Velho, parece fundamentar-se sobre o discurso de uma unidade imperial filosófica, científica, religiosa e moral. Muitos daqueles autores greco-latinos parecem mesmo compartilhar de um viés comum na escolha de suas fontes e no enunciado de seus comentários sobre as conquistas militares de outros povos, fato que aponta para um momento de construção de uma nova identidade imperial. *Geografia*, de Estrabão, divide o mundo entre províncias romanas e territórios vizinhos, mas mostra um mundo que tinha Roma como seu centro beneficente. Esse conceito romano-centrista parece dominar as obras de intelectuais do período de maior aceleração expansionista. Também as divisas entre o Império e os povos vizinhos aparecem como 'naturais', tomando como base produções agrícolas ou costumes, delineando um novo mapa do Império, desenhado não a partir do conhecimento geográfico existente, mas, antes, sob a orientação de uma contingência política específica. O potencial para a civilização dos povos vizinhos é propagado, e é ressaltado o sucesso que

### *O impulso para Romanizar*

províncias mais antigas haviam adquirido ao deixar de lado suas armas em prol do cultivo da terra, do comércio com Roma e da escolha por um estilo de vida civilizado e urbanizado. Não se trata de dizer que todos os relatos da expansão romana são eminentemente positivos: Estrabão fala-nos da escravidão pela qual povos dominados pelos romanos tiveram de passar, antes de alcançarem a paz e a civilidade, uma estratégia retórica comum em suas obras, segundo alguns estudiosos de sua obra.<sup>45</sup>

Mesmo César parece mostrar que a bravura das tribos celtas (gaulesas, para os romanos) dependia da distância que mantinham dos luxos que efeminavam, vindos da Gália Romana.<sup>46</sup> Tais menções não são usadas para criticar a civilização romana *tout court*, mas, antes, seus excessos, praticados por uma elite nativa pouco sábia. Além disso, o laureamento do conquistador romano torna-se mais significativo na medida em que a bravura de tribos mais distantes é ressaltada. E mais, de uma forma ou de outra, essas passagens aludem a um processo de civilização que parece emanar da proximidade com a Gália Romana.<sup>47</sup> A chegada dos romanos ativa o potencial que aqueles povos tinham para lhes fazer abandonar as armas e a barbárie e tornarem-se agricultores e comerciantes ciosos de seus deveres, como relata Estrabão.<sup>48</sup>

Esses relatos mostram como a Gália era um instrumento romano, por imposição de ordem, assim como por 'natureza'. Refletem, também, uma mensagem, subliminar, por vezes, de que os romanos estão trazendo consigo o saber civilizador, que pode ser traduzido de forma errônea por povos pouco acostumados com os meandros da vida civilizada romana. Inevitável lembrarmos

---

<sup>45</sup> Woolf, 1999, pp. 50-3. Ver *Geografia*, de Estrabão, 4.4.2-3.

<sup>46</sup> CÉSAR, *de Bello Gallico*, I.1.

<sup>47</sup> *Idem*, IV.3.

<sup>48</sup> ESTRABÃO, *Geografia*, 4.1.14.

do relato de Tácito<sup>49</sup>, que cito mais abaixo, impregnado de retórica, sobre como os bretões confundiram civilização com escravidão.<sup>50</sup>

Mas que parte do processo civilizador esses povos não pareciam compreender? Que falha de conceituação do que era civilização para os romanos afligia bretões e *Belgae*? Segundo Greg Woolf, faltava-lhes *humanitas*.<sup>51</sup>

Comumente traduzida como ‘civilização’, ou ‘cultura’, *humanitas* carregava uma complexa carga de conceitos e atributos normativos ou descritivos que se mostram recursivos e/ou auto-explicativos. *Humanitas* abarca aquilo que os antigos entendiam ser um romano, e estava, intrinsecamente, ligada à idéia de expansão romana. Contudo, seu significado é muito nebuloso e são freqüentes as associações com outros conceitos romanos como *benevolentia*, *observantia*, *mansuetudo*, *facilitas*, *severitas*, *dignitas* e *gravitas*. Tais conceitos referem-se à forma como tratar o outro e são, também, atributos pessoais. *Humanitas* estava, ainda, ligada a outros termos como *religio*, *fides* e *mores*. É possível associá-la a conceitos gregos, também, como *paideia* e *philanthrôpia*. A última, em especial, em sua forma de prescrever como o superior deve tratar o inferior.<sup>52</sup>

As associações entre *humanitas* e os termos gregos apresentados acima não podem ser diretas ou incontestáveis, dado que geravam discussões já na Antigüidade. Autores antigos já discutiam qual o melhor termo romano para *paideia* e *philanthrôpia*:

“Qui verba Latina fecerunt quique his probe usi sunt, “humanitatem” non id esse voluerunt, quod volgus existimat quodque a Graecis philanthropia dicitur et significat dexteritatem quandam

---

<sup>49</sup> TÁCITO, *Agricolae*, 21.

<sup>50</sup> Woolf, 1999, pp. 53-4.

<sup>51</sup> *Idem*, p. 54.

<sup>52</sup> *Idem*, p. 55.

### *O impulso para Romanizar*

benivolentiamque erga omnes homines promiscam, sed “humanitatem” appellaverunt id propemodum, quod Graeci paideian vocant, nos eruditionem institutionemque in bonas artis dicimus.” (Aulus Gellius, *NA*, 13.17)<sup>53</sup>

Embora seja quase impossível saber o quanto dos conceitos filosóficos gregos permeia a criação da palavra *humanitas*, ela era amplamente usada ao final do século I a.C como um conjunto de ideais que deveriam ser aspiradas por todos, demarcando o que era ser um romano, especialmente, mas não somente, da aristocracia. Tal concepção dava uma validade ‘natural’ e universal ao romano, qualificando-o para governar, legitimando seu poder. Além disso, o conceito de *humanistas* parecia oferecer à multifacetada cultura romana um aparente ar de unidade. *Humanitas* carregava uma clara prescrição, e lograva diferenciar aqueles que à ela aderiam daqueles que não a possuíam. *Humanitas* era um fator identitário que procurava manter ativas as classificações de discriminação cultural. Seu uso e propagação foram um fenômeno proeminente ao final da República e no início do Principado. *Humanitas* também servia para diferenciar o homem selvagem do passado distante daquele que havia tomado contato com as artes e as ciências clássicas, sendo apresentada, então, como uma evolução humana. Embora alguns autores latinos admitissem que seu conceito fora concebido na Grécia, cabia aos romanos levá-la ao resto do mundo, difundí-la. O papel de Roma era governar para promover condições que levariam à plena realização dos povos, que torná-los-ia civilizados. Roma proporcionaria o meio

---

<sup>53</sup> Tradução livre: “Aqueles que falam latim e usam a língua corretamente não dão à palavra *humanitas* o sentido que alguns comumente pensam que tem, isto é, o que os gregos chamam de *philanthrôpia*, que significa um espírito de amizade e benevolência para com todos os homens, sem distinção; antes, dão à *humanitas* a força da palavra grega *paideia*; isto é, aquilo que chamamos de educação e treino nas artes liberais.”

*Renato Pinto*

pelo qual o bárbaro poderia tornar-se, por fim, humano. Essa era a missão de Roma, segundo seus intelectuais:<sup>54</sup>

“Excudent alii spirantia mollius aera, (credo equidem), vivos ducent de mármore voltus; orabunt causas melius, caelique meatus describent radio et surgentia sidera dicent: tu regere império populos, Romane, memento (hae tibi erunt artes) pacique imponere morem, parcere subiectis et debellare superbos.” (Virgílio, *Eneida*, 6.851-3)<sup>55</sup>

Há, todavia, algo muito mais profundo na concepção abarcante de *humanitas*, no seu atributo de ser universal. Ela contrapõe-se à percepção excludente do helenismo e da *paideia*. *Humanitas* deu a um grande número de intelectuais romanos parte da resposta para o complexo de inferioridade cultural da qual alguns romanos padeciam diante da cultura grega. De fato, poderiam mesmo dizer que os gregos haviam se degenerado, perdido seu foco. A Helenização era excludente porque, na concepção de barbárie geralmente promovida pelos autores gregos, o bárbaro, além de possuir uma língua e hábitos impróprios, era de uma ascendência distinta e indigna, sendo este último ‘defeito’ um obstáculo praticamente intransponível. Para os romanos, a questão da ascendência comum não era determinante. Em comparação, a adesão à civilidade romana parecia ser muito mais simples do que à Helenização. *Humanitas* era uma questão de gradação e não estava cerceada pela genealogia. Para Greg Woolf, Roma estava pronta a receber em se interior os estrangeiros bárbaros se mercedores de tal benefício. Por outro lado, os romanos concebiam que havia

---

<sup>54</sup> Woolf, 1999, pp. 56-7.

<sup>55</sup> “Outros saberão, com mais arte, não duvido, modelar e animar o bronze; tirar do mármore figuras vivas; pleitear com mais eloquência e melhor calcular os movimentos do céu e prever o curso dos astros; tu, romano, lembra-te de governar os povos sob teu domínio; tuas artes consistirão em impor as condições da paz, poupar os vencidos e subjugar os soberbos.” Tradução de David Jardim Junior. Virgílio, *Eneida*. Ediouro. S.d.

### *O impulso para Romanizar*

outros povos civilizados, embora isso não fosse o suficiente para serem considerados integrados. Para isso, era preciso estar inserido nos conceitos religiosos, culturais e políticos romanos, espaços de construção de poderes que a elite aristocrática romana sempre almejava controlar.<sup>56</sup>

Como já vimos, autores latinos podiam, por vezes, ver vícios na civilidade romana, atribuindo uma certa pureza ao homem bárbaro. Tais exceções retóricas, contudo, não impingem inverosimilhança àquilo que pode ser considerado uma regra geral. Além do mais, alterações políticas pessoais profundas poderiam estar implícitas na crítica à chegada da civilização romana nas províncias. Pode ser-nos útil revisitar a discussão do texto de Tácito sobre como os bretões inexperientemente confundiram o que pensavam ser *humanitas* com escravidão. Já foi dito que *Agricolae* é um trabalho de retórica, um panfleto político, relativizando, assim, seu uso como fonte histórica para os estudiosos da Bretanha Romana. Contudo, *Agricolae* pode (e deve) ser lido criticamente e, entre várias extrações possíveis do texto, Greg Woolf destaca aquela que permite entrever o discurso do governador ideal. Para Woolf, Tácito está criticando o que pensa ser a degeneração da civilização romana, governada por um imperador corrupto e inepto, ao mesmo tempo em que exalta as qualidades administrativas de seu sogro, o governador da Bretanha Romana, Gnaeus Julius Agricola.<sup>57</sup> Vejamos a famosa passagem em questão:

“Sequens hiems, saluberrimis consiliis absumpta. Namque, ut homines dispersi ac rudes eoque in bella faciles quieti et otio per voluptates adsuescerent, hortari privatim, adiuvaré publice, ut templa fora domos exstruerent, laudando promptos et castigando segnes. Ita honoris aemulatio pro necessitate erat. Iam vero principum filios

---

<sup>56</sup> Woolf, 1999, pp. 58-60 e 64.

<sup>57</sup> *Idem*, p. 70.

*Renato Pinto*

liberalibus artibus erudire, et ingenia Britannorum studiis Gallorum anteferre, ut, qui modo linguam Romanam abnuebant, eloquentiam concupiscerent. Inde etiam habitus nostri honor et frequens toga, paulatimque discessum ad delenimenta vitiorum, porticus et balinea et convivorum elegantiam. Idque apud imperitos humanitas vocabatur, cum pars servitutis esset.” (Tácito, *Agricolae*, 21)<sup>58</sup>

A passagem apresentada acima deixa explícito o descontentamento de Tácito com o que Roma tinha a oferecer aos Bretões. Entretanto, Tácito faz distinções entre o que considera civilização e o que julga ser os excessos dela oriundos. Enquanto os banhos, banquetes e as galerias públicas são apresentados como vícios que levaram à inexorável escravidão, – tão presente e pouco contestada na sociedade na qual Tácito vivia, diga-se de passagem –, os templos, *fora*, residências nobres, o latim e a toga são símbolos de *humanitas*, aspectos da virtude aristocrática comumente sufocados pela tirania do imperador. De fato, o tom é amargo e *Agricolae* não é mais do que um relato das nefastas vicissitudes trazidas pelo governo do imperador Domiciano.<sup>59</sup> Em *Agricolae*, os nativos são mostrados como inexperientes, precisando da mão zelosa do novo governador para guiá-los através das armadilhas que os aguardavam com a chegada de bens e idéias romanas à ilha. Outrossim, alguns componentes da

---

<sup>58</sup> Tradução livre: “Medidas salutare foram tomadas no inverno seguinte. Para que uma população tão dispersa e bárbara, e por isso, inclinada à guerra, pudesse habituar-se ao ócio e à paz, ele os exortava em particular e, em público, os ajudava a erigir templos, fóruns e casas. Louvava os prestativos e castigava os indolentes. Assim, uma emulação honrosa substituiu a obrigação. Da mesma forma, começou a instruir os filhos das famílias principais nas artes liberais, antepondo de tal modo os talentos naturais dos bretões àqueles fabricados dos gauleses que, eles (bretões), que até pouco tempo rejeitavam a língua romana, passaram a desejar sua eloquência. Desde então, o uso de nossas vestimentas tornou-se uma distinção, e a toga, uma presença freqüente. E pouco a pouco os bretões foram se desviando até o vício, as galerias, os banhos, os banquetes ostentosos. Em sua imperícia, chamaram a isso tudo de *humanitas*, quando nada mais era do que parte de sua escravidão.”

<sup>59</sup> Woolf, 1999, pp. 68-70.

### *O impulso para Romanizar*

civilização romana (*humanitas*) são apresentados como algo benéfico, podendo tirar os nativos da escuridão de suas existências. Com efeito, Tácito logra entrelaçar o discurso imperialista de *humanitas* com o discurso do declínio moral da sociedade romana de seu tempo. Desta forma, reproduz dois conceitos aparentemente contrastantes que, ao invés de anularem-se, antes, complementam-se no conceito de *humanitas* e na natureza da missão civilizadora da qual Roma estava imbuída.

Enquanto aproximação do conceito de *philanthrôpia*, *humanitas* prescrevia uma forma específica de governar os subalternos, garantindo-lhes conforto e prosperidade no estilo de vida romano que lhes era oferecido. *Humanitas* pregava aos governantes romanos padrões de probidade administrativa, como apontam autores latinos como Cícero e Plínio, o Moço:<sup>60</sup>

“Quapropter incumbe toto animo et studio omni in eam rationem, qua adhuc usus es, ut eos, quos tuae fidei potestatique senatus populusque Romanus commisit et credidit, diligas et omni ratione tueare et esse quam beatissimos velis. Quod si te sors Afris aut Hispanis aut Gallis praefecisset, immanibus ac barbaris nationibus, tamen esset humanitatis tuae consulere eorum commodis et utilitati salutique servire: cum vero ei generi hominum praesimus, non modo in quo ipso sit, sed etiam a quo ad alios pervenisse putetur *humanitas*, certe iis eam potissimum tribuere debemus, a quibus accepimus.” (Cícero, ad Quintum, I.I.27)<sup>61</sup>

---

<sup>60</sup> *Idem*, p. 68.

<sup>61</sup> Tradução livre: “Portanto, entregue-se de corpo e alma a essa política que até agora adotou, tratando como amigos aqueles que foram conferidos e confiados a sua honra e autoridade pelo senado e pelo povo de Roma, protegendo-os de todas as formas e desejando-lhes a maior felicidade possível. Ora, se a sorte fez você governar sobre africanos, ou espanhóis, ou gauleses, nações rudes e bárbaras, seria dever de um homem possuidor de sua *humanitas* estudar seus interesses e considerar seu bem-estar e segurança. Mas, dado que governamos aquela raça da humanidade na qual não apenas encontramos *humanitas*, mas da qual ela (*humanitas*) seria propagada para outros, é nosso dever dar a outros, sobre todas as coisas,

*Renato Pinto*

E, também:

“Egregie facis — inquiero enim — et persevera, quod iustitiam tuam provincialibus multa humanitate commendas; cuius praecipua pars est honestissimum quemque complecti, atque ita a minoribus amari, ut simul a principibus diligere. 2 Plerique autem dum verentur, ne gratiae potentium nimium impertire videantur, sinisteritatis atque etiam malignitatis famam consequuntur.” (Plínio, o Moço, Epistolae. IX, 5)<sup>62</sup>

As passagens acima mostram como a promoção de um tratamento ‘humanitário’ a ser dado aos povos dominados era importante para os romanos ao final da República e início do Principado. Contudo, é bem possível supormos que tal intento caísse, por vezes, apenas no terreno das boas intenções, nem sempre condizentes com a realidade das ações dos governadores nas províncias. Que a preocupação com os abusos dos governadores romanos nas províncias ainda era um motivo de grande interesse público no séc. II d.C, pode ser indicado pelo texto de Aulus Gellius, ao descrever, sem nenhum aparente estranhamento, um caso de improbidade administrativa ocorrido ao fim da República.<sup>63</sup>

É pouco provável que *humanitas* fosse o único critério para a concessão de benefícios romanos, como a promoção à condição de colônia, por exemplo. Havia outros elementos, como a aquisição do direito ao uso do Latim, a *latinitas*. Ao fim da República, *latinitas* englobava muito mais do que apenas o compartilhamento de uma língua, podendo estar associada a uma gradativa

---

exatamente aquilo que a nós foi dado.” Note-se como Cícero se refere, ao final, às origens de *humanitas* na Grécia e ao novo papel propagador do qual Roma deve imbuir-se.

<sup>62</sup> Tradução livre: “Ao perguntar, ouço falar que está tendo grande sucesso na administração de justiça e *humanitas* em sua província, o que, espero, continue assim. Com seu tato, fez-se aceito pelas pessoas, tato este que consiste em fazer de cada homem honesto seu amigo, e em ganhar a afeição dos humildes sem que percam o respeito por seus superiores.”

<sup>63</sup> Aulus Gellius, *Noctes Atticae*, 15.12.

### *O impulso para Romanizar*

evolução em direção à *humanitas*, como a gratificação por lealdade (*fides*), um dos elementos presentes no conceito de *humanitas*, apresentado por Woolf.<sup>64</sup>

Para além do prestígio, havia inúmeros benefícios atrelados a concessão de *latinitas*, já que membros da comunidade latina possuíam direitos exclusivos, como o de negociar com cidadãos romanos e de ter suas próprias leis e instituições, ainda que moldadas à imagem romana. Outrossim, tais comunidades agraciadas com *latinitas*, ganhavam, com freqüência, a disputada cidadania romana. *Humanitas*, por sua vez, garantia a seus afiliados o direito de participar de uma ampla rede de patronato, uma forma de obtenção de direitos e poderes extremamente disseminada no Império. Diante de tantos benefícios, Woolf conclui que a aristocracia das províncias teria seu intento em se romanizar totalmente justificado. Entretanto, Woolf vai mais além, descartando a possibilidade de haver no âmago daquelas elites provincianas algum espaço livre dos efeitos sedutores da adoção dos costumes romanos. Afinal, argumenta, abraçar a cultura romana era mais do que uma estratégia para alcançar recompensas materiais, antes, era irresistível dado seus atributos encantadores: mansões no campo, casas luxuosas nas cidades, os banhos, a gastronomia, enfim, confortos que inebriavam os sentidos. Tais efeitos não passaram despercebidos dos governantes romanos, que oportunamente lançaram mão de seus usos na persuasão e na captação de elites das províncias.<sup>65</sup> A comparação com o texto e as idéias de MacMullen mostrado acima é inevitável. Como lembra Funari, as novas diferenças geradas no seio das comunidades e entre as camadas aristocráticas das províncias favorecia o controle romano, e eram, de fato, promovidas pelos romanos que, entre outros benefícios advindos dessas diferenciações, muitas vezes

---

<sup>64</sup> Woolf, 1999, pp. 65-6. Ver Tácito, *Historiae*, 3.55.

<sup>65</sup> Woolf, 1999, pp. 67-8.

logravam desarticular uniões que poderiam levar às resistências e às revoltas contra Roma.<sup>66</sup>

As escolas, preparadas pelos romanos para educar os filhos das elites locais, em especial nas províncias do Ocidente, tinham como motivo maior disseminar o ensino da língua latina e da arte da retórica. A educação nos moldes da cultura romana foi um veículo propagandista inestimável para os romanos, ao mesmo tempo em que mostrava-se valiosa para a elite dos povos dominados, uma vez que, dada a mobilidade social que Roma oferecia, preparava seus filhos para trilhar os caminhos até a desejada seara da aristocracia romana. Tais alunos, impelidos pela sedução de *humanitas*, e cientes do caráter inclusivo do qual a civilização romana estava dotada, encontravam em seu passado bárbaro a perfeita legitimação para a conquista, que em última instância, tirara-os da escuridão. Ao adotar a ideologia de *humanitas*, a aristocracia não-romana ganhava a legitimação para governar sobre seus subordinados menos cultos. Ou seja, ela adquiria o dever de civilizar, também. Criou-se, desta forma, para Greg Woolf, uma aristocracia imperial romana em todo o Ocidente, então sob o regime de Roma, unificada pelo desejo de adotar os conceitos de *humanitas*, enfim, de ser romanizada para, logo a seguir, também ela, romanizar.<sup>67</sup>

A hipótese apresentada por Woolf é forte. Todavia, parece-me, apresentam-se dois problemas. Primeiro, não há como medirmos a unidade do Império de forma objetiva. A hegemonia do Império pode não ser nada mais do que uma construção anacrônica, permeada por diversos discursos imperialistas modernos. Precisamos voltar nosso olhar para as evidências que denotam as assimetrias, ainda que possam não estar diretamente diante do nosso olhar. Em segundo lugar, Woolf não apresenta uma forma convincente de como a romanização

---

<sup>66</sup> Funari, 2001, p. 86.

<sup>67</sup> Woolf, 1999, pp. 74-5.

### *O impulso para Romanizar*

passou das elites para as camadas inferiores. Em seu trabalho, encontramos diversas menções às camadas aristocráticas e seus descendentes, sem encontrarmos, entretanto, uma formulação teórica bem desenvolvida que explique a passagem da cultura romana, ou galo-romano, como defende Woolf, para os menos afortunados. Tudo o que temos é uma possível emulação. Dada a complexidade que envolveu a expansão cultural romana para vastos territórios da Europa, África e Ásia, habitados por povos de culturas tão distintas quanto complexas elas mesmas, espera-se que as camadas mais pobres tenham sido, também, afetadas e, certamente, negociado com o poder romano de formas muito variadas. A simples emulação não me parece dar conta dessa complexidade.

#### **Considerações Finais**

A expansão imperialista de Roma apresenta-se diante dos historiadores e arqueólogos como um fenômeno de grande complexidade. Em nossas interpretações daquilo que se habituou chamar de romanização percebemos o peso da diacronia de termos e conceitos antigos representados no presente. A natureza do imperialismo romano, como ela era interpretada e representada pelos antigos, deve ser estudada na mesma medida em que devemos perscrutar a forma como se deu a reapropriação de conceitos antigos para legitimar ações da modernidade.

Este artigo apresentou uma das possíveis motivações para a romanização, sem, contudo, deixar de notar que nenhum conceito permanece estável para sempre, e o mesmo deve ter se dado ao longo da existência do Império Romano. Se foi o ideal de *humanitas* uma das forças motrizes da expansão romana, não deve ter sido interpretada de forma equânime por todos aqueles afetados por tal

*Renato Pinto*

expansão. Assim, parece-me improvável que todas as camadas aristocráticas das províncias do Império Romano tivessem sido integralmente seduzidas pela cultura romana ou afetadas da mesma forma. Não se deve descartar a possibilidade de tais camadas sociais nutrirem, por vezes, sentimentos identitários distintos daqueles trazidos pelos romanos.

O Império Romano é hoje visto mais como uma força intervencionista do que altruística. Medir o grau dessa intervenção tem se mostrado uma tarefa bastante polêmica, ainda que rica. Não se trata de negar a existência da dialética do poder: a aparente hegemonia do Império Romano, com suas assimetrias, que isso fique claro, deve mesmo ter sido alcançada por meio dos múltiplos usos do poder, desde a simples coerção militar até o diálogo cultural mantido naquele emaranhado de culturas e de sentimentos variáveis de identidade. Tampouco se trata de negar a possibilidade de um processo de ‘aculturação’ eficiente, mas sim, de duvidar de um que pudesse ser irrestrito e onisciente. Muito tem sido falado sobre a adesão das camadas aristocráticas locais. A simples emulação de suas ações e aspirações por parte das camadas inferiores não dá conta de um fenômeno tão complexo como a romanização. Assim, as camadas mais pobres daquelas sociedades parecem estar cada vez mais no foco dos pesquisadores. As resistências podem estar obliteradas, escamoteadas mesmo, no cenário público. Mas elas estão lá se olharmos com cuidado, se procurarmos por elas. É preciso, também, olhar para além do cenário público e perscrutar o privado. Ainda há muito que interpretar sobre a Antigüidade e suas sociedades.

### **Agradecimentos**

Gostaria de agradecer a todos do CPA/Unicamp pela oportunidade e apoio

*O impulso para Romanizar*

institucional e, em especial, ao professor Dr. Pedro Paulo A. Funari pelo convite e suporte.

**Referências Bibliográficas.**

**Fontes Antigas:**

AULUS GELLIUS, *The Attic Nights*. With an English Translation by John C. Rolfe, PhD., Litt.D. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press. 1978.

CÉSAR, *The Gallic War*. With an English Translation by H.J. Edwards, C.B. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press. The Loeb Classical Library, 1986.

CÍCERO, *The Letters to His Brother Quintus*. Translated by W. Glynn Williams, M.A.. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press. The Loeb Classical Library, 1989.

ESTRABÃO, *The Geography of Strabo*. With an English Translation by Horace Leonard Jones, PhD., L.L.D. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press. The Loeb Classical Library, 1988.

PLÍNIO, o Moço, *Letters and Panegyricus*. With an English Translation by Betty Radice. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press. The Loeb Classical Library, 1975.

TÁCITO, *Agricola*. Translated by M. Hutton. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press. The Loeb Classical Library, s.d..

VIRGÍLIO, *Eneida*. Tradução de David Jardim Junior. Ediouro, s.d..

**Fontes Modernas:**

DÍAZ-ANDREU, M. (1996) "Constructing identities through culture: the past in the forging of Europe". In: P. Graves-Brown, S. Jones e C. Gamble (eds) *Cultural Identity and Archaeology: the construction of European communities*. Londres: Routledge. Pp. 48-61

- FREEMAN, P.W.M (1993) “ ‘Romanisation’ and Roman material culture”. *JRS* vol. 6, pp. 438-41.
- FUNARI, P. P. A. (2001) *Grécia e Roma*, São Paulo: Contexto.
- GARNSEY, P. (1991) “The Generosity of Veyne”. *JRS* vol. 81, pp.164-8.
- GARNSEY, P. D. A. e C. R. Whittaker eds. (1978) *Rome’s African Empire under the Principate*. Cambridge: CUP
- GARRAFFONI, R. (2008) ‘Bretanha Romana: Repensando os Discursos Arqueológicos’. *In*: FUNARI, P. P. A. et alii (orgs.) *História Antiga: contribuições brasileiras*, São Paulo: AnnaBlume.Pp. 101-14.
- HANSON, W.S. (1997) “Forces of change and methods of control”. *In* Mattingly ed. (1997), pp.67- 80.
- HINGLEY, R. (1997) “Resistance and domination: social change in Roman Britain”. *In*: Mattingly ed. (1997), pp. 81-100.
- \_\_\_\_\_ (1996) “The ‘legacy’ of Rome: the rise, decline, and fall of the theory of Romanization”. *In* Jane Webster e Nicholas J. Cooper eds. (1996) *Roman Imperialism: Post-Colonial Perspectives*, pp. 35-48. Leicester: Leicester Archaeology Monographs 3.
- JONES, S. (1997) *The Archaeology of Ethnicity: Constructing identities in the past and present*, Londres: Routledge.
- LAURENCE, R. e J. Berry eds. (1998) *Cultural Identity in the Roman Empire*, Londres: Routledge.
- MACMULLEN, R. (2000) *Romanization In The Time Of Augustus*. New Haven: Yale University Press.
- MATTINGLY, D.J. ed. (1997) *Dialogues in Roman Imperialism. Power, discourse and discrepant experience in the Roman Empire*. *JRS* (suplemento 23), Portsmouth: RI.
- MILLETT, M. (1990) *The Romanization of Britain: An essay in Archaeological Interpretation*. Cambridge: CUP (edição em paperback 1992).

*O impulso para Romanizar*

- NASH, D. (1990) "Imperial Expansion Under the Roman Republic" *In: Rowlands, M. & Larsen, M. & Kristiansen, K. (eds) Centre and Periphery in the Ancient World*. Cambridge, CUP. Original de 1987, essa edição de 1990. Pp. 87-103.
- ROWLANDS, M., M. Larsen & K. Kristiansen eds. (1990) *Centre and Periphery in the Ancient World*. Cambridge: CUP. Original de 1987, essa edição de 1990.
- ROWLANDS, M. (1990) "Centre and Periphery: A Review of a Concept ". *In: Rowlands, M. & Larsen, M. & Kristiansen, K. (eds). Centre and Periphery in the Ancient World*. Cambridge: CUP. Original de 1987, essa edição de 1990. Pp. 1-11.
- SALWAY, P. (1984) *Roman Britain*, Oxford: Oxford University Press.
- SILVA, G.J. (2007) 'Antigüidade e Modernidade: o Nascimento de Vercingetorix na Escrita da História Francesa após a 1789'. *In: CERQUEIRA, F. V. et alii (orgs.) Guerra e Paz no Mundo Antigo*, Pelotas: IMP/LEPAARQ-UFPEL. Pp. 257-79.
- VEYNE, P. org. (1991) "O Império Romano". *In: Philippe Ariès e G. Duby, História da Vida Privada: Do Império Romano ao ano mil*, vol. I, São Paulo: Companhia das Letras, pp.13-223.
- WALLACE-HADRILL, A. (1989) "Rome's Cultural Revolution". *JRS* vol. 79, pp. 157-164.
- WHITTAKER, C.R. (1997) "Imperialism and culture: the Roman initiative". *In: Mattingly ed. (1997)*, pp. 143-163.
- WOOLF, G. (2001) "MacMullen's Romanization". *JRA*, vol. 14(2). Pp. 575-79.
- \_\_\_\_ (1999) *Becoming Roman: the origins of provincial civilization in Gaul*, Cambridge: CUP.
- \_\_\_\_ (1997) "Beyond Romans and natives". *World Archaeology* 28, pp.339-50.
- \_\_\_\_ (1996) "Monumental Writing and The Expansion of Roman Society in the Early Empire". *JRS* 86, pp. 22-39.
- \_\_\_\_ (1992) "The unity and diversity of Romanization". *JRA* 5, pp. 349-52.